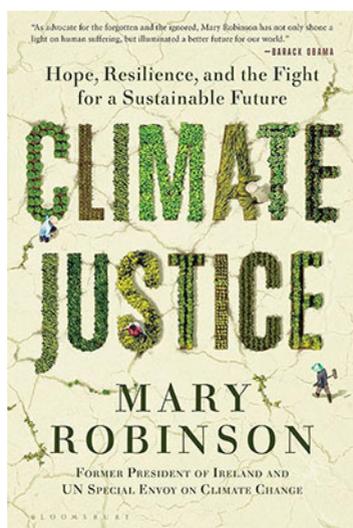


RESENHA



Vivências e lições da Injustiça Climática para um futuro mais justo e sustentável

Climate Justice: Hope, Resilience and the Fight for a Sustainable Future

ANA CAROLINA BARBOSA DO CANTO

Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília - UnB.

Brasília - DF - Brasil

anacanto@id.uff.br

Este livro de Mary Robinson oferece ao leitor as experiências de diversas pessoas, povos e culturas que atualmente vivenciam impactos negativos das mudanças climáticas. Mary Robinson argumenta a urgência da crise climática por meio de exemplos que ela seleciona ao longo de quase todo o planeta, mas deixa para o leitor uma pitada de esperança em relação ao futuro. Esses pequenos contos, narrados algumas vezes até mesmo em segundo plano, criam uma conexão do leitor com eventos que frequentemente ocorrem em territórios distantes. Ao mesmo tempo em que a autora discorre sobre suas próprias experiências e evidencia dados científicos acerca das mudanças de clima.

Mary Robinson (1944), presidente da Irlanda de 1990 até 1997 e em seguida Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos (1997-2002), é uma ativista climática. Formada em direito pela Faculdade College em Dublin, ela defende que a questão da mudança do clima está intimamente atrelada à da justiça social e dos direitos humanos, já que os mais afetados pela mudança são os que vivem em situação de maior vulnerabilidade. Atualmente, ela faz parte do grupo *The Elders*, fundado por Nelson Mandela, que reúne grandes líderes globais que trabalham em conjunto pela paz e pelos direitos humanos. Robinson se autoproclama como uma “avó zangada” que luta a favor da justiça climática, já que se preocupa com o futuro de seus netos e de muitos outros que nasceram em um planeta que está deixando uma herança escassa de recursos para as próximas gerações.



<http://dx.doi.org/>

Recebido em: xx de xxx de 2022. Aprovado em: xx de xxx de 2022.

Este livro reúne relatos de várias experiências vividas por Robinson em meio a conferências e reuniões sobre o clima e a encontros e diálogos em lares e comunidades. Ela aborda a temática da justiça climática nos transportando para diferentes lugares no planeta, passando por África do Sul, Uganda, Estados Unidos, Alasca, República do Chade, Finlândia, Vietnã, República de Kiribati, Austrália e Canadá.

Robinson aponta como as consequências das mudanças climáticas podem ser injustas quando atingem comunidades mais vulnerabilizadas socialmente e que apesar de ser um desafio global, deve ser enfrentado localmente. Principalmente porque as pessoas que se encontram na margem dos impactos das mudanças climáticas, que estão vendo as suas culturas e tradições locais desaparecerem, não são as responsáveis pelo aumento histórico da emissão de gases de efeito estufa (GEE). Para a autora justiça climática é colocar as pessoas no centro da solução, é uma questão de direitos humanos, de assegurar água, comida, moradia e saúde para todos os seres humanos.

Este livro é interessante para leitores leigos no assunto das mudanças climáticas, pois logo no primeiro capítulo há uma contextualização simples, mas valiosa, sobre as causas antrópicas do aquecimento global e das iniciativas e convenções criadas para lidar com as consequências das alterações dos padrões do clima causadas pelo aumento crescente da emissão de GEE. Robinson examina os acordos internacionais, como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris, e os dados disponibilizados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) sobre o aumento da temperatura do planeta. Os leitores mais informados sobre o assunto podem se interessar pelos *insights* e percepções de Robinson oriundos dos bastidores de sua participação nesses importantes eventos e instituições, reforçando a relevância de tomadores de decisão de ouvir as experiências de quem sofre os efeitos drásticos das mudanças climáticas.

Robinson dedica os capítulos para dar voz a pessoas “comuns”. No segundo capítulo, conhecemos a história de um pastor nômade do Quênia, que percebe que a seca e as altas temperaturas reduziram radicalmente o seu rebanho e limitaram as suas formas de ganhar a vida. Outra fazendeira do Malawi conta como perdeu a sua casa e comunidade para uma enchente. Uma pequena fazendeira e líder comunitária da Uganda, Constance Okollet, diz que consegue perceber ao vivo o fenômeno das mudanças climáticas, a partir da inconstância dos períodos de seca e das estações. Embarcamos na história dessa fazendeira ao mesmo tempo em que Robinson apresenta dados meteorológicos da situação da África no ano em que ocorreu a enchente que arrastou casas, plantações e animais na comunidade de Constance.

A partir desse relato notamos o papel central das mulheres na luta contra as drásticas consequências das mudanças do clima. São elas que se movimentam em busca de água e de sementes e ativam suas comunidades para se adaptar à maior frequência de chuvas e secas. Robinson aponta que em suas viagens ao redor do mundo ela registrou o papel extraordinário das mulheres como agentes de

mudança. A mulher como ponto focal de força de uma comunidade quando ela é atingida por esses eventos extremos do clima é exemplificada em quase todos os relatos presentes no livro.

No terceiro capítulo somos transportados para 2005 na época do furacão Katrina que atingiu o litoral sul dos Estados Unidos com ondas de nove metros de altura, arrastando casas e edificações e deixando milhares de famílias sem casa e trabalho. O furacão atingiu New Orleans e a costa do golfo, mas é na cidade de Biloxi no Mississippi que a história de Sharon Hanshaw é contada. Robinson apresenta a interrelação do racismo, dos preconceitos e discriminação social com as mudanças climáticas, mostrando como esses conceitos não agem separadamente, visto que a crise climática contribui para o aumento do abismo das disparidades raciais, sociais e econômicas. Ao longo da costa do Mississippi os bairros mais desvalorizados se encontravam próximos à costa marítima e eram majoritariamente habitados por afro-americanos, herança da segregação racial oriunda da guerra civil americana. Enquanto isso, a devastação causada pelo furacão fez com que Sharon reunisse mulheres para defender os moradores de baixa renda enquanto sua cidade era recuperada com maior foco na construção de Cassinos do que casas para a população.

No capítulo seguinte somos apresentados à história e aos modos de vida do povo Yupik do Alasca e de Patrícia Cochran, indígena e nativa da região. O aumento das temperaturas está reduzindo drasticamente as superfícies cobertas de gelo, o que força populações que vivem nesses locais a se deslocar para terras mais altas ou permanecer e utilizar recursos escassos para construir uma trincheira contra o mar. A necessidade de mudar de localidade está motivando muitos indígenas do Alasca a questionar a sua própria identidade cultural. Palavras comuns de seus dialetos para descrever o gelo estão se tornando obsoletas com o aumento das temperaturas, pescar e caçar se torna cada vez mais difícil com a escassez de recursos. Novamente vemos a ação de uma mulher na busca por soluções da crise causada pelo clima. Patrícia tem um papel essencial em sua comunidade, expandindo o diálogo para as próximas gerações para além das emissões de GEE. Ela ensina as crianças das escolas de sua região os diversos modos de falar sobre o clima e de descrever a neve e o gelo – particularidade que vem sendo perdida pelo seu povo em função do degelo.

No capítulo cinco passamos da África para a Finlândia. Vemos mais exemplos de como a seca ou o derretimento das áreas geladas afeta os hábitos e costumes de comunidades como os Fulani-Wodaabe, na região do Sahel, que se localiza entre o deserto do Saara e a savana do Sudão, e o povo Sami, na Lapônia. Independentemente do local, os padrões climáticos instáveis afetam os modos de vida tradicionais, alteram o sistema alimentar e aumentam a propagação de doenças. Nômades se tornam assentados ou comunidades inteiras precisam se deslocar para regiões mais seguras e com garantia de sobrevivência, pois o degelo, a seca e aumento de temperatura vem impossibilitando a coleta de frutas e alimentos ou caça de focas e peixes.

Nos capítulos seis e sete, Robinson nos oferece uma amostra de como a cooperação entre iniciativas de mitigação das mudanças climáticas como o REDD (Reduzindo Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal), as convenções pelo clima e a ação da população local como porta voz de soluções dentro das negociações podem contribuir para criação de práticas de adaptação para as comunidades. Já no capítulo oito a autora traz uma nova perspectiva: o combate às mudanças climáticas pode também ser individual, iniciado dentro de casa, principalmente em locais em que o estilo de vida contribui com um alto uso de energia e geração de muito lixo.

O conceito de justiça climática significa não deixar ninguém para trás, ou seja, implica também em levar em consideração aqueles que perdem os seus empregos por causa de decisões a favor do meio ambiente. Isso fica explícito no capítulo nove, em que Robinson apresenta o caso de trabalhadores de uma mina de carvão em Brunswick no Canadá, que perderam os seus meios de sustento por causa da transição energética para combustíveis renováveis. A transição para uma energia mais limpa precisa ser justa, mas Robinson mostra que os trabalhadores afetados pela redução das emissões de carbono também são vítimas das mudanças climáticas e merecem garantia de sustento para suas famílias.

No último capítulo Robinson dá detalhes de ações práticas para combater o desafio das mudanças climáticas, comentando os acordos internacionais, as metas de mitigação de GEE e outros movimentos e organizações que podem ser desconhecidas para alguns leitores, como a Missão 2020, focada na redução do consumo de combustíveis fósseis, a *2050 Pathways Platform*, cujo objetivo é reduzir as emissões de GEE, e o *C40 Cities Climate Leadership Group*, uma rede de cidades comprometidas a combater as mudanças climáticas, entre outras. Mas mais importante do que grandes iniciativas como estas é o reforço que a autora dá à necessidade de um novo modo de viver em coletividade. Fica claro que para se lutar pela justiça climática devemos cultivar a nossa compaixão, a solidariedade e a empatia com todos que compartilham o planeta.

Mary Robinson conseguiu reunir diversos relatos impactantes para exemplificar como as pessoas e comunidades pouco percebidas pela sociedade estão sendo afetadas pelos efeitos adversos das mudanças do clima. Confesso que fiquei desejando que a narrativa tocasse no Brasil, visto que o país tem muitos casos de comunidades afligidas por eventos extremos e falta de recursos. Mas, ainda assim, é uma leitura instigante para qualquer leitor interessado em olhar mais a fundo e conhecer quem são as pessoas e comunidades que estão sofrendo hoje e merecem atenção especial na luta por um futuro justo e sustentável.

Referências

ROBINSON, MARY. **Justiça climática: Esperança, resiliência e a luta por um futuro sustentável**. 1ª edição ed. [s.l.] Civilização Brasileira, 2021.